

TRABALHANDO COM NARRATIVAS DE HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA

Samuel Henrique de Paula

*Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e
Sociais Aplicadas – FCA/UNICAMP.
samuelhenrique.psi@gmail.com*

*Simpósio Temático nº 40 - Violências, Marcadores Sociais da Diferença e Pandemia:
Nomeações, Políticas E Enfrentamentos.*

RESUMO

Apontar como diferentes formas disciplinares de saber tangenciam a problemática da violência, com ênfase à de gênero, ensejando num primeiro momento uma possibilidade de atuação multidisciplinar frente à tal questão. A partir disso, trazendo questionamentos quanto à possibilidade de uma construção interdisciplinar, onde aponta-se a metodologia de narrativas de vida enquanto ferramenta que fomenta a participação ativa dos sujeitos e de como tais produzem tensionamentos diante de suas vicissitudes.

Palavras-chave: Violência, Narrativa, Identidade, Construção, Interdisciplinar.

ABSTRACT

Point out how different disciplinary forms of knowledge touch the problem of violence, with emphasis on gender violence, raising in a first moment a possibility of multidisciplinary action against this issue. From this, bringing questions about the possibility of an interdisciplinary construction, where we point to the methodology of narratives of life as a tool that encourages the active participation of subjects and how they produce tensions in the face of their vicissitudes.

Keywords: Violence, Narrative, Identity, Construction, Interdisciplinary.

INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é apresentar, resumidamente, a questão da violência enquanto constructo plural e com causas variadas, e de como a sua confluência para o campo das relações de gênero provoca reverberações complexas diante do entrelaçar das vivências de cada sujeito.

De tal modo, diante de um recorte primeiramente disciplinar, será apresentado o trabalho com autores de violência como uma possibilidade de desconstrução de tais

engendramentos - presentes em campos como o trabalho e a reprodução, e que são moldados por processos que se tornam matrizes de percepções, pensamentos e ações - delimitando e legitimando tais representações, tal como se tensionará em Bourdieu (2019). Igualmente, sendo possível pensar como tais substratos apontam as marcas indeléveis na vítima, e delimitam traços ao autor (PAIXÃO et. Al., 2017).

Assim, a abordagem da noção de identidade se faz necessária para que, mais do que um enquadramento conceitual, seja possível justapor as narrativas de gênero para além de algo dado, mas questionando a representação social e histórica dessas. As noções presentes em cada campo, no que se refere à noção de identidade, sendo substratos da ação do sujeito - entendendo a identidade a partir de uma perspectiva que compreende a identidade enquanto processo social e histórico (CIAMPA, 1987).

Por fim, dado a complexidade de tal tema, e compreendendo uma proposta interdisciplinar, se tencionará o uso das narrativas de vida para tensionar tais questões diante de suas contradições e similitudes entres os campos, porém, a partir da participação ativa dos sujeitos. Ou seja, como destacam Lima e Ciampa (2017), as histórias sendo, para além de efeitos discursivos, sendo registros dos processos de vida de cada sujeito e que possibilitam levantar hipóteses e questionamentos.

DESENVOLVIMENTO

UM BREVE RECORTE DA PROBLEMÁTICA DA VIOLÊNCIA E SUAS CONFLUÊNCIAS PARA A QUESTÃO DE GÊNERO

Estudos demonstram como fatores biológicos, neurológicos, psicológicos, sociais e econômicos confluem, e interagem entre si, nas várias expressões da violência contemporânea. Não é difícil identificar uma ação ou situação violenta, porém, contextualizá-la torna-se um desafio, dado que esta acompanha o homem ao longo do percurso histórico, porém, sempre se atualizando e manifestando-se de variadas formas. Levisky (2010), em um esforço conceitual, destaca a proposição de Rocha (1996) onde:

A violência, sob todas as formas de suas inúmeras manifestações, pode ser considerada como uma vis, vale dizer, como uma força que transgride os limites dos seres humanos, tanto na sua realidade física e psíquica, quanto no campo de suas realizações sociais, éticas,

estéticas, políticas e religiosas. Em outras palavras, a violência, sob todas as suas formas, desrespeita os direitos fundamentais do ser humano, sem os quais o homem deixa de ser considerado como sujeito de direitos e de deveres, e passa a ser olhado como um puro e simples objeto (p. 6).

Levisky destaca como o próprio processo educacional pode ser considerado uma forma de violência, haja vista que tal processo busca ordenar e adequar as pulsões do sujeito, estas sendo atravessadas pelas noções éticas e morais, civilizando-o para sua preservação e convívio coletivo – algo que é parte da adaptação necessária à vida e ao bem-estar comum. Desenvolvimento civilizatório este que se dá ao longo da história e demonstra as transformações tecnológicas, ambientais, filosóficas, psicológicas, econômicas e religiosas.

As manifestações psíquicas, com seus efeitos traumáticos e estruturantes, conscientes e inconscientes, são algumas mutáveis, outras estáveis ou mutáveis de forma tão lenta que necessitam gerações e gerações para se tornarem perceptíveis, como ocorre com as mudanças de mentalidade. Percepção que se evidencia quando se toma distância e se observa o homem a partir de outro momento histórico ou era. As manifestações psíquicas dependem das construções das diferentes esferas de relações da subjetividade. Pode-se dizer que, na contemporaneidade, o trauma e a dor mental estão presentes quando o insuportável afeta a espontaneidade e a autonomia do sujeito dentro de um determinado contexto [...] (p.7).

Assim, a violência é um fenômeno que assume contornos diversos e nuances sociais, transcendendo a noção de tempo e espaço geográfico, acometendo variadas culturas e classes sociais - mesmo que haja grupos considerados mais vulneráveis e que sofrem maiores impactos de tais situações. Minayo (2005) apud Escorsim (2014), apontam que esta não pode ser analisada, tampouco “tratada”, fora do contorno social que a produz e através de suas particularidades históricas – com caráter relacional e multicausal. A formação sócio-histórica de uma região, com suas relações políticas e econômicas, auxilia a entender as formas relacionais que uma sociedade projeta em sua subjetividade e sua consciência social.

Segundo Escorsim (2014), caracterizar o fenômeno da violência torna-se vital, uma vez que isto possibilita desnaturalizar práticas engendradas nas relações patriarcais autoritárias, elitistas e de fundo conservador. Dentre estas expressões, a que tem persistido e segue atravessando a vida dos sujeitos, é a de gênero, particularmente de homens contra mulheres – tendo como eixo transversal questões como a raça, etnia, idade e classe social.

Sendo considerada uma violação dos direitos humanos e problemática de saúde pública, dado seus vários impactos.

Torna-se igualmente possível construir uma representação de sociedade contemporânea onde se vislumbram dois lados: aqueles que praticam violências e aqueles que se defendem destas. Mas tal representação seria valorada por um caráter maniqueísta e que sedimentaria agressores e vítimas como lados opostos, lugar comum ocupado a partir do que se subentende por “maldade” - algo que acometeria a psique humana.

Contudo, a violência se manifesta de forma paradoxal, afinal, há várias de suas expressões que são toleradas socialmente, como as punições físicas e morais nas brigas domésticas e/ou conjugais; como também, há aquelas que extrapolam a norma social, fomentando um sentimento de repulsa, como os crimes praticados com armas, brancas ou de fogo, que retiram a vida de alguém. Ou seja, a violência não é algo uníssono, mas que carrega várias expressões, não se apresentando de forma uniforme ou homogênea (ESCORSIM, 2014).

A sociologia possibilita compreender tal cenário como um campo com princípios de visão, e de divisão, que incorporam percepções, em suma, sexualizantes, principalmente a partir da realidade biológica dos corpos. E é a partir de tal estrutura, delineada por Bourdieu (2011), que as diferenças entre os gêneros, e divisão de outras ordenações sociais, concederiam ao homem, ao longo de um processo histórico e do exercício de atividades produtivas e reprodutivas, uma primazia na relação simbólica diante da mulher.

Assim, as violências surgidas em tal campo tensional sendo as expressões da manutenção de uma ordem, primazia universal que se afirmaria nas relações sociais e atividades como o trabalho, a reprodução, e tantas outras, e que são moldados pelo habitus de determinada sociedade e que se tornam matrizes para percepções, pensamentos e ações (BOURDIEU, 2019).

O habitus são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes ao do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem a diferença entre o que é o bom ou é mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar, etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode

parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para ouro e vulgar para um terceiro. (BOURDIEU, 2008, p. 22)

Todavia, diante de tal suposição, onde um viés biológico imputaria às mulheres sentidos e comportamentos presentes em um imaginário histórica e culturalmente preenchido de valores e tradições, Beiras e Canteras (2014) apud Blay (2014), ao citarem Andersen (1995), alertam a importância de que tais discursos hegemônicos sejam questionados, uma vez que estes, através de seus sentidos e experiências, implicariam na internalização de estereótipos.

Não obstante, enquanto categoria, o gênero se encontra disseminado e enraizado por componentes micro e macroestruturais. E as diferenças entre homens e mulheres não se relacionam somente às assimetrias biológicas entre os sexos, mas às suas relações sociais e demais fatores como leis, regras e simbologias (MATOS; CORTÊS, 2010 apud BALESTERO; GOMES, 2010, p. 46).

Mas esta também se apresenta, e reproduz, principalmente, nos comportamentos engendrados em instituições como a família, a escola, a igreja e o Estado. Sendo possível inferir que as mulheres são socialmente oprimidas pelos valores difundidos ao longo de um percurso histórico, onde os papéis desempenhados por cada gênero provêm de construções que determinam os limites de atuação para cada sexo, onde esta se insere numa posição de subordinação e opressão - chegando a ter matizes de sua vida, influenciadas e delimitadas (BALESTERO; GOMES, 2015).

A busca por mais igualdade em campos como o trabalho e a família, conflitou diretamente com o imaginário, dado que até então, as mulheres tinham sua presença, e força de trabalho, subjugada diante do estigma do mundo familiar, algo invisível e ao mesmo tempo concreto, que escamoteava suas ações sobre a lógica do cuidado à família - campos estes explorados pelo mercado e pelo capital (BLAY, 1986 apud BLAY, 2014). Isto implicando em uma mudança de modelos, conforme destaca Badinther (1986), que não apenas questiona comportamentos ou valores, mas altera o que de mais íntimo há em nossa constituição: a nossa identidade. Parecendo que, ao passo que nossas distinções de papéis sexuais para tarefas se altera, ao mesmo tempo se esvaem nossos pontos de referência mais íntimos:

Não faz muito tempo, as certezas não faltavam. Ela dava a vida e Ele a protegia. Ela cuidava das crianças e do lar, Ele partia para a conquista do mundo e guerreava quando necessário. Essa divisão das

tarefas tinha o mérito de desenvolver em cada um características diferentes, que contribuíam, com muita força, para formar o sentimento de identidade (p. 13).

Dito isto, o sujeito, seja este um homem ou uma mulher, precisa ser entendido para além de uma construção temporal ou circunstancial, sendo necessário desconstruir tal noção, delimitando o gênero, em tal perspectiva, como uma norma regulatória que impõe reconhecimento a práticas e ações diante de parâmetros historicamente constituídos, ou seja, o gênero sendo um operador da padronização de práticas sociais (BLAY, 2014).

De acordo com Medrado e Lyra (2014) apud Blay (2014):

[...] os significados coletivos e subjetivos de mulheres e homens, como categorias de identidade, são construídos socialmente, que as identidades mudam em relação ao tempo e ao contexto, que não podemos nos basear em modelos de socialização que veem gênero como um produto estável da educação da criança na família e na escola (SCOTT, 1998, p. 87).

Em Bordieu vê-se como o homem aprende a lógica da dominação de forma inconsciente, sendo a repetição algo inerente a ele, o poder simbólico sendo algo invisível e exercido de forma cúmplice – uma violência suave, que se naturaliza pelas vias simbólicas da comunicação, conhecimento e reconhecimento (BALESTERO; GOMES, 2015).

Ou seja, diante da historicização de conceitos, para deixar tal posição seria necessário um esforço de reconstrução da história e estruturas da dominação masculina. A família, berço de tal representação, onde se iniciam as divisões das tarefas dos gêneros; a igreja que por séculos perpetrou o moralismo patriarcal e condenatório das práticas ditas subversivas – como roupas e/ou comportamentos inadequados; a escola como transmissora de modelos típicos do que seria o masculino e feminino – perpassando pelos comportamentos às profissões; o Estado e sua figura paternal que mantém o núcleo engessado da família patriarcal – centrado na figura do provedor.

Para tanto, as intervenções feministas foram imperativas na mudança paradigmática sobre o lugar da mulher na sociedade, as discussões acerca da sexualidade, a inserção da mulher no mercado de trabalho, dentre outros tópicos. Mas, com certeza, uma das maiores viradas aconteceu quando foi trazido para o debate público um tema, até então, considerado de “foro íntimo”: a violência contra as mulheres, onde esta passa a ser

observada, e discutida, através das políticas públicas. Assim, em meados de 2006, sendo aprovada a Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha, e que representou um avanço significativo no enfrentamento às violências contra as mulheres no cenário brasileiro, sendo resultado da ressignificação da representação social do ato violento contra uma mulher – deixando de ser entendido como ato infracional e passando a ser tratado como crime contra a vida e ferindo os direitos humanos

Se a agressão contra mulheres é um fenômeno democrático, sendo expressão do modelo patriarcal incorporado socialmente, que hierarquiza e privilegia homens e o gênero masculino, onde as ações virulentas, ou violentas, ainda são, em suma, compreendidas como parte da manutenção de um lugar - para além de ser um sintoma da desigualdade de gênero e do machismo, sendo um crime que se comprova diante do aumento vertiginoso dos registros de casos.

Assim, as políticas públicas, através da Lei Maria da Penha, evidenciam a necessidade do trabalho junto aos homens que perpetram tais ações, com vistas à discussão da temática do gênero e possíveis programas de recuperação dos mesmos. De tal modo, tais possibilidades passam pelo aprofundamento do discurso masculino (PAIXÃO et al., 2018).

PERSPECTIVAS DISCIPLINARES NO TRABALHO COM AUTORES DE VIOLÊNCIA

Como esboçado até aqui, se a violência é condicional à natureza humana, e se expressa de formas peculiares dentro de um tempo histórico, trazendo consigo ao debate público questões fundamentais, particulares e sociais; onde as pessoas delimitadas enquanto cidadãos, sujeitos e objetos de tal fenômeno (MINAYO, 1994), haveria então alguma forma dos sujeitos se oporem a tal opressão estrutural, presentificada na economia, política e cultura, e que reatualiza através das várias instituições (conforme apontado no primeiro ponto deste artigo)? Pois, cada campo do saber oferece variadas interpretações de tal fenômeno, e possíveis intervenções.

A partir de tal recorte, Santos (2010) destaca que se torna possível pensar como as leis refletem a passagem da indiferença do Estado à formulação, e implementação de políticas para o enfrentamento das violências - aqui se evidenciando as de gênero.

Assim, para fazer frente às demandas de igualdade de gênero, e a partir da criação da primeira Delegacia de Defesa da Mulher, com vistas ao enfrentamento da cultura machista, torna-se imperativo o fomento e implementação de políticas públicas que visem a equidade entre homens e mulheres, desempenhando papel articulador entre os variados atores de tal interlocução (BLAY, 2003).

Dito isto, o trabalho com grupos de homens autores de violências surge como um modelo alternativo e de possibilidade de mudança comportamental, através da intersecção de vários campos e fomento de novas políticas públicas. A Lei Maria da Penha atuando como eixo fundamental para a criação de juizados especializados, e ensejando a aproximação de vários saberes (através do fomento de equipes multidisciplinares), conforme presente em seus artigos 29 e 30, destacando profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde. Dentre outras atribuições, cabendo a estas desenvolver orientações, encaminhamentos, ações de prevenção e outras medidas, com fulcro não somente à vítima ou sua família, mas igualmente à figura do agressor (BRASIL, 2006).

Isto posto, a assistência social é chamada a intervir com vistas não somente à formulação de políticas públicas, mas orientando, informando e esclarecendo o acesso a direitos e deveres fundamentais (LISBOA, 2005).

O Serviço Social é uma profissão interventiva, socialmente construída, inserida na divisão sociotécnica do trabalho. O assistente social tem a tarefa de responder com competência às demandas sociais apresentadas no seu cotidiano profissional, pois a natureza interventiva da profissão exige dos profissionais a utilização de instrumentos e técnicas articulados com as dimensões teórica, ética e política (LISBOA, 2005, p. 205).

Assim, seja através da realização de visitas, acolhida de queixas, visitas domiciliares e/ou a elaboração de documentos e relatórios, as intervenções do serviço social se constituem como um campo de informações e conhecimentos acerca dos sujeitos, sendo possível sistematizar tais dados, seja por meios qualitativos ou não, permitindo visualizar o fenômeno da violência de gênero por outros vieses.

Ao abordar tal temática, nas perspectivas de uma atuação da saúde, tais configurações somente tornam-se possíveis de serem compreendidas no entrecruzamento de “[...] problemas da política, da economia, da moral, do direito, da psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual” (MINAYO, 1994, p. 7).

Entendendo que tal setor, conforme destaca o autor, constitui uma encruzilhada para onde se endereçam os efeitos dos atos da violência, onde as vítimas acessam os serviços de urgência, atenção especializada e de reabilitação – seja esta psicológica ou de assistência social – e de como substratos que apontam como as relações de violência entre os sujeitos produzem marcas indelévels na vítima, e delimitam traços ao autor (PAIXÃO et. Al., 2017).

Assim, destacam Beiras e Canteras (2014), explorar, questionar e desconstruir o que sedimenta as bases que reproduzem as violências de gênero – e estereótipos de masculinidades – que legitimam tais atos. Onde, para produzir uma mudança em tais sujeitos, não basta tão somente fomentar uma aprendizagem da igualdade entre os gêneros, tampouco, ensinar habilidades assertivas para o convívio social, mas sim, desconstruir parte de suas características de identidade, uma implicação subjetiva por parte de tais sujeitos, e isto perpassa por suas narrativas diante de seus processos históricos e de vivências.

Não obstante torna-se imperativo destacar como Saffiotti (2004) salienta o aspecto de tais trabalhos:

As pessoas envolvidas na relação violenta devem ter o desejo de mudar. É por esta razão que não se acredita numa mudança radical de uma relação violenta, quando se trabalha exclusivamente com a vítima, sofrendo estas algumas mudanças, enquanto a outra parte permanece sempre o que foi. Mantendo seu habitus, a relação pode, inclusive, tornar-se ainda mais violenta. Todos percebem que a vítima precisa de ajuda, mas poucos veem esta necessidade no agressor. As duas partes precisam de auxílio para promover uma verdadeira transformação da relação violenta (p. 68).

Ou seja, mesmo recentes, frisam Andrade e Barbosa (2008), os trabalhos, e pesquisas, junto a homens autores de violência de gênero denotam alguns pressupostos alicerçados, através de uma metodologia que propicia que cada homem seja responsabilizado por seus atos.

Por fim, julgo importante destacar, que a autonomia de tais campos do saber (jurídico, assistência social, saúde, psicologia, etc) se relacionam diretamente com sua especificidade, como Bourdieu (2004) destaca em suas análises, onde o grau de autonomia destas se presentificará pela sua capacidade de retraduzir as demandas externas.

Ou ainda, como cada campo do saber, se não se constitui enquanto verdade irrefutável, buscará delimitar e legitimar suas representações e saber simbólico (BOURDIEU, 2004).

NARRATIVAS COMO POSSIBILIDADE INTERDISCIPLINAR

Muitos são os debates para a construção de um sistema que possa relacionar, por meio de um diálogo, as formas disciplinares de saber, e que contribuam para a compreensão de um objeto complexo (ARAÚJO; PIRES, 2019).

Todavia, como apontam Pacheco et. al (2010) apud Araújo e Pires (2019), “quanto mais complexo o problema, menos provável que uma disciplina apenas possa resolvê-lo e mais provável que se constitua uma interdisciplina, resultante da convergência de várias disciplinas (p. 135).”

De tal modo, destacam Silva Júnior e D’antona (2013), quando vários campos são convocados a dar explicações a uma problemática, diferentes perspectivas se apresentam, contudo, sem romper com a dinâmica disciplinar, mas possibilitando posicionamentos difusos, uma vez que tanto disciplinaridade e interdisciplinaridade constituem tensões.

A interdisciplinaridade se colocando como um campo de forças políticas e sociais, multiplicidade esta presente em variados aspectos e dimensões de seus saberes e práticas, decorrentes dos contatos e demandas junto à sociedade (FIGUEIREDO, 1993 apud CERQUEIRA, 1994).

A profusão de estudos interdisciplinares não seguindo uma orientação comum, conforme expões Klein (1990), porém, que transitam entre variados temas e orientações disciplinares, se impulsiona por ser uma ferramenta eficiente diante de problemas complexos, tendo por perspectivas de integração, conceitos como rede, trama ou práxis.

Podendo-se ainda aferir que:

[...] essas proposições buscando considerar as várias dimensões que constituem a condição humana (física, emocional, afetiva, mental, espiritual e sócio histórico-cultural) evidenciam a relação complexa entre estas instâncias. Estas levam a reflexão à luz do diálogo ao definir-se este como procedimento para estabelecer aproximações, convergências e divergências em direção ao conhecimento a ser construído. (MENEZES; LAGO; 2015, p. 475 apud PIRES, 2019, p. 136).

Assim, não é estranho que diferentes formas narrativas ganhem notoriedade e sejam cada vez mais utilizados como metodologia por campos como a História, Sociologia e Psicologia. Sendo um dos trabalhos pioneiros para a apropriação das narrativas para pesquisas no Brasil, se presentifica nos trabalhos de Bosi (1979), no resgate da memória social de velhos (LIMA; CIAMPA, 2017).

Ao convidar uma pessoa para narrar sua história de vida é disparada uma relação intersubjetiva em que as identidades pressupostas do entrevistador (que quer escutar a história) e do narrador (que imagina que o entrevistador quer saber algo específico sobre sua história) operam em torno do tema da pesquisa. Nesse sentido, a narrativa deve ser tratada pelo pesquisador como algo sempre ao mesmo tempo inteligível e frágil, que precisa levar em consideração aquilo que Butler (2010) chamou de “precariedade do viver socialmente”, que significa descobrir que nossa vida está, desde sempre, nas mãos de um outro (p. 5).

De tal modo, se nossas atividades humanas são normatizadas a partir de uma estrutura social, que conserva identidades e paralisa novos processos de identificação e reposição de identidades, apresenta-se assim como algo dado e não um processo constante que implicaria em um movimento. Ou seja, se há movimento no campo do social, estamos nos referindo à história dos sujeitos (CIAMPA, 1984).

Em Hammack e Pilecki (2012), citados por Beiras e Canteras (2014), há a defesa da narratividade como campo potencial para ampliação dos conhecimentos acerca das complexidades das dinâmicas das relações.

Entretanto, não é possível isolar os elementos biológicos, psicológicos e sociais, que identificam o indivíduo das representações mentais ou simbólicas deste, uma vez que estes são expressões de sua identidade. Neste sentido, expõe Bourdieu (2006) apud Lima e Ciampa (2017):

Não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela [história de vida] se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado — pelo menos em certo número de estados pertinentes — ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis (p. 5).

De tal forma, frisa Ciampa, se a identidade se dá como consequência de nossas relações, algo pressuposto, ela seria entendida como algo dado, não um processo contínuo e complexo de identificações que se sucedem. Assim, identificada com algum tipo de

produção social, a atualização da identidade do sujeito se esgotaria - um caráter temporal que nos restringiria a um momento originário.

Pode-se pensar o campo das narrativas como uma espécie de recorte de nossas vivências, expressões de nossas transformações que remetem a um senso de identidade, onde o ato de narrar abre espaço para que seja possível expressar a vontade de “[...] permanência de si mesmo no tempo e as mudanças sofridas nesse intervalo” (LIMA; CIAMPA, 2017, p. 2).

As diferentes formas de constituição das narrativas (relatos de vida, diários, biografias, etc) constituem um espaço para captar aquilo que ocorre no entrecruzamento dos campos da vida individual e social, sendo utilizada a fim de obter as particularidades que singularizam os indivíduos. Na década de 80, a partir dos estudos acerca da identidade promulgados por Ciampa em seu livro *A estória do Severino e a história da Severina* (1987), tese esta que permitiu, a partir dos vários episódios experienciados por Severina ao longo de sua vida, expor os perigos em se utilizar as narrativas como a formulação de uma compreensão de unidade, de uma identidade coerente, como uma expressão de acontecimentos sucessivos cronologicamente. Tal expressão ocorrendo através de personagens que “são momentos da identidade, degraus que se sucedem, círculos que se voltam sobre si em um movimento, ao mesmo tempo, de progressão e de regressão” (2001, p. 198).

Isto se torna mais claro, em Lima e Ciampa (2017), ao citarem Calvino (1990), onde:

Marco Polo descreve uma ponte, pedra por pedra:
- Mas qual é a pedra que sustenta a ponte?
- Pergunta Kublai Khan.
- A ponte não é sustentada por esta ou aquela pedra - responde Marco, mas pela curva do arco que estas formam.
Kublai Khan permanece em silêncio, refletindo. Depois acrescenta:
- Por que falar das pedras? Só o arco me interessa.
Polo responde:
- Sem pedras o arco não existe. (CALVINO, 1990, p. 79)

Assim, em seu livro *As cidades Invisíveis*, ao dizer que “sem as pedras o arco não existe”, Italo aponta como narrar depende da força do narrador, mas também do entendimento de quem a escuta, uma forma do sujeito se impor diante das representações, ficções e da verdade, que se apresenta a partir de sua identidade. E ainda, citando Enriquez (2009):

O social é continuamente presente na medida em que cada história individual se inscreve num contexto sócio-histórico preciso e que este tem uma importância decisiva para a constituição e o devir do sujeito. Do mesmo modo, este último, ao perceber e ao apreender o contexto de determinada maneira, tenderá colorá-lo com sua própria cor, transformando-o. O indivíduo é inseparável do coletivo, o particular remete sempre ao universal (p. 4).

Queiroz (1988) apud Lima e Ciampa (2017) apontou como os potenciais de uso da história de vida se aprofundaram a partir de tal análise, tal metodologia sendo estendida a outras determinações sociais e grupos, até então, não considerados como relevantes ao campo acadêmico.

Ou seja, a utilização narrativa de história de vida não busca construir fatos sociais, mas auxiliar na compreensão da singularidade do sujeito, para além do que seria o comum para os indivíduos inseridos na trama social. Pois, como demonstrou Lane (1987), a "preocupação com a objetividade do empírico abre espaço para a subjetividade como processo histórico", assim, a preocupação com a quantidade de dados a analisar deve ceder seu lugar para o lugar do pesquisador, este sendo "um tecelão" que busca tecer a rede da narrativa (LIMA; CIAMPA, 2017, p. 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se ao longo deste artigo destacar como o trabalho com homens autores de violência, para além de um trabalho multidisciplinar, fomenta um fazer que pode ser entendido como interdisciplinar, pois tensiona tais campos diante das percepções e história do sujeito.

Onde, mesmo que seja possível inferir resultados terapêuticos, tais trabalhos não buscam um fim psicoterápico, tampouco, se tornam substitutivos às ações policiais, jurídicas, médicas e/ou psicológicas. Pois, para além de seu caráter responsabilizador, a vinculação em tais grupos tem por mérito a desnaturalização de temas cotidianos que, em suma, não são abordados nos espaços de socialização. Os grupos servindo para a ampliação e diversificação dos papéis sociais dos homens, o que por si amplia as possibilidades de ressignificar as questões de gênero (ANDRADE; BARBOSA, 2008).

Outro aspecto que se buscou evidenciar é como os campos disciplinares, se num primeiro momento propõem perspectivas para análises de setores da vida cotidiana, como

as relações de gênero e suas vicissitudes diante da violência, num outro ponto também colaboram na sedimentação de tais construções no habitus e de como tais relações sócio-históricas reverberam na constituição da identidade na sociedade.

De tal forma, as histórias de narrativa de vida não devem ser concebidas puramente como efeitos de um discurso, mas, como Tamboukou (2016) apud Lima e Ciampa (2017), mas como registros que podem transgredir os limites da constituição do sujeito. Assim, este material, embora simbolize um vazio para o pesquisador inicialmente, denotam os efeitos da colonização do mundo, da racionalidade, da dominação e experiências subjetivas.

Assim, a lição de Marco Polo, no recorte proposto pelos pesquisadores, inspira e alerta-nos para repensar como a preocupação com os meios fundamenta nosso pensamento, e ações, que visam um fim. Pois, o campo de confluências entre as esferas das representações dos gêneros, e a construção das narrativas dos sujeitos inseridos em tais campos sociais, históricos e subjetivos, nos permite pensar em possibilidades para questionar o engendramento teórico e prático de tais campos.

Ora, se a identidade não é um produto determinado ou, ainda, que possa ser delimitado pelos interesses presentes na lógica patriarcal e/ou capitalista, mesmo que incorram buscas para tal sedimentação ao longo do tempo em áreas como o trabalho, a educação e a sexualidade, questionar tais balizas nos permite re-construir os campos relacionais, sejam estes dos sujeitos e/ou das áreas do saber que buscam dar explicações para questões complexas.

Dito isto, torna-se imprescindível, quando nos referimos ao trabalho com homens autores de violência, que a construção narrativa da relação com a violência, pesquisar as trajetórias do sujeito e as construções que este realizou ao longo de seu percurso social e subjetivo, conforme apontam Beiras e Cantera (2013), visto que tais intervenções buscam fundamentar práticas que fomentem mudanças com efeitos, além de subjetivos aos sujeitos, políticos, estruturais e macrossociais.

Por fim, este artigo não esgota as problemáticas no que se refere a pensar a interdisciplinaridade, tampouco as abordagens acerca do fenômeno da violência de gênero, ou possibilidades de atuar diante de tal, mas buscou oferecer uma perspectiva de práxis preocupada com o projeto de vida de cada sujeito e seus processos históricos, e que desnaturaliza a posição do pesquisador diante do seu objeto.

CITAÇÕES E REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. F.; BARBOSA, S. F. **A lei Maria da Penha e a implementação do grupo de reflexão para homens autores de violência contra mulheres em São Paulo**. Comunicação apresentada no Encontro Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. ST 42 – Gênero, violência e direitos humanos, Florianópolis, 25 a 28 de agosto de 2008. Disponível em:
<http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/fg8/sts/ST42/Andrade-Barbosa_42.pdf>. Acesso em 26 dez. 2020.

ARAÚJO, V.; PIRES, H. Interdisciplinaridade e pensamento complexo. **Revista Diálogos**, São Paulo, v. 8(9), p. 130-140, jun. 2019. Disponível em:
<<https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/725/823>>. Acesso em 04 jan. 2021.

BALESTERO, G. S.; GOMES, R. N. Violência de gênero: Uma análise crítica da dominação masculina. **Revista CEJ**, Brasília, Ano XIX, n. 66, p. 44-49, maio/ago. 2015.

BEIRAS, A.; CANTERA, L. M. Feminismo Pós-estruturalista e masculinidades: Contribuições para a intervenção com homens autores de violência contra mulheres. In: BLAY, Eva (coord). **Feminismos e Masculinidades**. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. 2013. São Paulo: Ed. Cultura Acadêmica.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 2019.

_____. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

_____. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. 9 ed. Campinas, SP: Papyrus Editora, 2008.

BLAY, Eva. Violência contra a mulher: um grave problema não solucionado. In: BLAY, Eva (coord). **Feminismos e Masculinidades**. Novos caminhos para enfrentar a violência contra a mulher. 2013. São Paulo: Ed. Cultura Acadêmica.

_____. **Violência contra a mulher e políticas públicas**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, dez. 2003. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ea/a/ryqNRHj843kKKHjLkgrms9k/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 28 dez. 2020.

BRASIL. **Lei N.º 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Brasília, DF. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em 18 dez. 2020.

_____. **Lei nº 13.984, de 3 de abril de 2020.** Brasília, DF. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm>. Acesso em: 17 dez. 2020.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: W. Codo & S. T. M Lane (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento** (p. 58-75), São Paulo: Brasiliense, 1984.

ESCORSIM, S. M. Violência de gênero e saúde coletiva: um debate necessário. **Rev. katálysis**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 235-241, dez. 2014. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/rk/a/FZWbJsKcy7VPTvZby6p7fZz/?lang=pt>>. Acesso em 03 jan. 2021.

LEVISKY, D. L. Prefácio. In: Almeida M. G. B. **A violência na sociedade contemporânea.** Porto Alegre: EDIPUCRS; 2010. p. 6-12.

LIMA, A. F.; CIAMPA, A. C. “Sem pedras o arco não existe”: O lugar da narrativa no estudo crítico da identidade. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 29, 2017. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/psoc/a/4M8LtMCB7WzPc7mx3NYcVnp/?lang=pt>>. Acesso em: 12 dez. 2020.

MINAYO, M. C. S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cad. Saúde Pública [online]**. 1994, vol.10, p. 7-18. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/csp/a/dgQ85GcNMfTCPByHzZTK6CM/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 05 jan. 2021.

PAIXAO, G. P. N. et al. Naturalização, reciprocidade e marcas da violência conjugal: percepções de homens processados criminalmente. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 71, n. 1, p. 178-184, fev. 2018. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/reben/a/WBf7Y54tVkBDtHkMNMXYzyS/?lang=en>>. Acesso em: 13 dez. 2020.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS. Cecília MacDowell. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 89, 2010, p. 153-170. Disponível em:
<https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/files/gender%20workshopRCCS_89_Cecilia_Santo>. Acesso em 02 jan. 2021.

SILVA JÚNIOR, R. D. da; D’ANTONA, Álvaro de O. Os métodos mistos e a interdisciplinaridade nas Ciências Sociais: pragmatismo ou pluralismo paradigmático?. **Ideias**, Campinas, SP, v. 4, p. 87–108, 2014. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/8649414>>. Acesso em 28 dez. 2020.